



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo  
CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

## **DECISÃO Nº 0646769/2023**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL  
SEI nº 01163.2023-0

### **Visto etc.**

1. Trata-se de apreciação dos Estudos Técnicos Preliminares e Gerenciamento de Riscos (ETP), que embasam a proposta de contratação de manutenção corretiva nos sistemas do arquivo deslizante mecânico do Arquivo Central deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais de Cuiabá. A contratação objetiva a prestação de serviços de revisão geral, regulagem dos sistemas de tração, alinhamento substituição de tração e outros serviços necessários, com cobertura integral de peças e insumos.
2. O Estudo Técnico Preliminar inicial foi juntado aos autos no ID 0543393 e reapresentado, junto com a Matriz de Gerenciamento de Riscos, nos IDs 0560855 e 0629029.
3. A Seção de Comunicação Administrativa – SCA apresentou as seguintes justificativas para a contratação, conforme o item 2 – Descrição da Necessidade da Contratação dos Estudos Técnicos Preliminares:

### **" 2 -Descrição da Necessidade da Contratação**

*Este documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares-ETP, onde deverão subsidiar a elaboração do Edital de licitação, bem como o Projeto Básico.*

*A lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, em seu Artigo 1º, prevê que é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.*

*De acordo com CNJ , Resolução nº 324/2020 "a Gestão Documental é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação, ao arquivamento e à destinação de documentos e processos no âmbito do Poder Judiciário, no exercício de suas atividades, inclusive as administrativas, qualquer que seja o suporte de registro da informação.*

*O objetivo é possibilitar o integral exercício de direitos, a preservação das informações necessárias às partes e às instituições do Poder Judiciário, o descarte da documentação não mais necessária e a preservação do patrimônio histórico e cultural." Sendo assim faz-se necessário segundo um dos princípios e diretrizes da gestão documental a manutenção dos documentos em ambiente físico ou eletrônico seguro, desde sua produção e durante o período de guarda definitivo, observada cadeia de custódia ininterruptos. A aquisição o Arquivo Deslizante do*

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso ocorreu em 2004, tratado no processo eletrônico SADP nº 7982/2004, e em 2011 houve a ampliação do mesmo, SADP nº 18269/2010, deste então, nunca houve manutenção corretiva, sendo necessário corrigir problemas existentes, como falta de pagadores para abrir o arquivo deslizante, imagens abaixo, entre outros problemas.”

4. A unidade requisitante informou que a despesa se encontra devidamente alinhada com o Planejamento Estratégico deste Tribunal, enquanto a Secretaria de Administração e Orçamento ressaltou a previsão da contratação aqui tratada no Plano de Contratações Anual – PCA, exercício 2023, consoante Despacho SAO 0632616.
5. Mediante o Parecer nº 74/2023, a Assessoria Jurídica sugeriu o retorno dos autos à Seção de Comunicação Administrativa – SCA, para o seguimento da contratação com a elaboração de documentos com base na Lei nº 14.133/2021.
6. Houve o detalhamento dos requisitos e condições da contratação pretendida, a fim de atender a demanda identificada.
7. Constata-se que houve a necessária manifestação sobre práticas e critérios de sustentabilidade economicamente viáveis desejadas para a pretensa contratação.
8. Devidamente registrados no mapa de Gerenciamento de Riscos, os riscos identificados, sua avaliação, tratamento e ações de contingência, a fim de impedir ou mitigar eventos indesejáveis e suas consequências.
9. Por fim, a Secretaria de Administração e Orçamento submeteu os autos para deliberação superior, ponderando “pela avaliação da escolha assinalada e respectiva aprovação do ETP, bem como pela autorização para continuidade da instrução processual” (ID 0632616).
10. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 18, §§ 1º e 2º, com o escopo na fase preparatória do processo de licitação traz as diretrizes para o adequado planejamento da contratação almejada e, para tanto, tem especial cuidado com o Estudo Técnico Preliminar a ser elaborado:

“Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

[...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras

contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas."

11. Nessa mesma linha, cabe ressaltar que o Tribunal Superior Eleitoral, em observância ao art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, editou a Resolução nº 23.702, de 9 de julho de 2022, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações na Justiça Eleitoral.

12. O referido normativo tem como finalidade "incrementar o desempenho da gestão das contratações objetivando agregar valor ao negócio da Justiça Eleitoral, com riscos aceitáveis, observados os princípios da legitimidade, da equidade, da eficiência, da probidade, da transparência e da prestação de contas e responsabilidade e está fundamentada na integridade e na sustentabilidade" e, para tanto, em seus artigos 23, 24 e 25, dispõe nos seguintes termos:

"Art. 23. A atuação dos Tribunais Eleitorais no planejamento das contratações deve observar as seguintes diretrizes:

I - estimular a adoção de práticas que garantam a maior eficiência dos processos de trabalho, a celeridade da tramitação processual e a gestão de riscos;

II - garantir, quando cabível, a presença dos estudos técnicos preliminares nos autos dos processos de contratação de bens e serviços, com a evidenciação das medições realizadas e da escolha da melhor solução para o Tribunal;

III - realizar as contratações com critérios sustentáveis, quando cabível;

IV - estimular as compras conjuntas, centralizadas, descentralizadas e mistas visando à economia em escala; e

V - fomentar a integridade e conformidade legal dos atos praticados e a transparência dos procedimentos e dos resultados na gestão das contratações, assegurando tratamento isonômico e a justa competição.

Art. 24. As contratações na Justiça Eleitoral devem ser realizadas observando-se as seguintes fases:

I - planejamento;

II - seleção do fornecedor; e

III - gestão do contrato.

Art. 25. Cabe ao Tribunal Eleitoral identificar e mapear as etapas de cada fase prevista no artigo anterior.”

13. Considerando que a regulamentação da fase de planejamento e respectivos requisitos, conforme previsão contida no art. 25, da Resolução TSE nº 23.702/2022, ainda não foi objeto de regulamentação por parte do TRE-MT, este Regional adota como modelo os elementos dos estudos técnicos preliminares, concernentes às fases de planejamento, previstas na Instrução Normativa MPOG nº 5/2017, nessa parte derogada pela IN MPOG nº 40/2020, que, segundo entendimento da mais alta Corte de Contas do país, podem e devem ser aplicados em qualquer contratação, quer sejam obras, serviços ou compras.

14. Com essas elucidações, transcrevemos o art. 7º e seus incisos e parágrafos, todos da IN MPOG nº 40/2020, conforme adiante pode ser visto:

“Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto   capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

  1  Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

  2  Os ETP devem obrigatoriamente conter os elementos dispostos nos incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos do caput, apresentar as devidas justificativas no próprio documento que materializa os ETP.

  3  Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos dispostos no caput que não forem estabelecidos como padrão.

  4  Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei n  12.527, de 18 de novembro de 2011."

15. Quanto ao Gerenciamento de Riscos, a Instru o Normativa MPOG n  5/2017, em seus artigos 25 e 26, apresenta os elementos necessários:

"Do Gerenciamento de Riscos

Art. 25. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

I - identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

II - avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V - definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

Parágrafo  nico. A responsabilidade pelo Gerenciamento de Riscos compete à equipe de Planejamento da Contratação devendo abranger as fases do procedimento da contratação previstas no art.19.

Art. 26. O Gerenciamento de Riscos materializa-se no documento Mapa de Riscos.

  1  O Mapa de Riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:

I - ao final da elaboração dos Estudos Preliminares;

II - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;

III - após a fase de Seleção do Fornecedor; e

IV - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

§ 2º Para elaboração do Mapa de Riscos poderá ser observado o modelo constante do Anexo IV.”

16. Portanto, considerando a legislação pertinente e os normativos que regem a matéria, constata-se que foram observados os elementos obrigatórios para o planejamento da contratação pretendida, em atendimento aos §§ 1º e 2º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e conforme estabelecido pelo §2º do art. 7º da IN MPOG nº 40/2020, bem como no gerenciamento de riscos, verifica-se o total atendimento aos requisitos trazidos pela IN MPOG nº 05/2017, considerando a presença dos elementos descritos em seus artigos 25 e 26.
17. Por precaução, a Assessoria Jurídica foi ouvida, novamente, e opinou pela aprovação do Estudo Técnico Complementar, ressaltando que: “**7. Apenas e tão somente no intuito de aperfeiçoar o instrumento, sugerimos a inclusão de avaliação quanto ao art. 18, §1º, IX, especificamente no que se refere ao “demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis”. 8. Por outro lado, caso não seja relevante o apontamento ora proposto, sugerimos a apresentação de justificativa, na forma do §2º do art. 18, da Lei nº 14.1333/2021.**”
18. Por todo o exposto, atendidas as disposições legais e por entender presentes os requisitos necessários para fundamentar a contratação pretendida, **acolho** as justificativas técnicas e econômicas apresentadas pela unidade requerente, bem como a escolha da solução mais adequada a se contratar, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar colacionado ao ID 0560855.
19. Assim, ao proceder à avaliação da conveniência e oportunidade da proposição, tratada nestes autos, tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria TRE-MT nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018, **APROVO** os Estudos Técnicos Preliminares confeccionados pela Seção de Comunicação Administrativa (ID 0560855), **nos termos aprovados pela Assessoria Jurídica**, bem como **autorizo** o prosseguimento da contratação sob exame.
20. À Seção de Comunicação Administrativa – SCA, para proceder à alteração dos Estudos Técnicos Preliminares, nos moldes sugeridos pela Assessoria Jurídica, bem como para adotar as demais providências para o prosseguimento da contratação.

Cuiabá-MT, em 04 de outubro de 2023.

**TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA**

Diretora-Geral em substituição

---



Documento assinado eletronicamente por **TANIA YOSHIDA OLIVEIRA, DIRETOR-GERAL**, em 04/10/2023, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no link "[Verificador](#)" informando o código verificador **0646769** e o código CRC **D94EE17B**.

---